

**cR**

Centro  
de Referência  
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo  
do Centro de Referência Paulo Freire**

**[acervo.paulofreire.org](http://acervo.paulofreire.org)**



InstitutoPauloFreire

## (RE)ENCONTRO COM PAULO FREIRE

Paulo Freire faleceu a 2 de Maio de 1997, em São Paulo, com 75 anos. *Pedagogia do Oprimido* (1970) é a sua obra emblemática. O seu último grande escrito foi publicado em 1992, com o título *Pedagogia da esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Este meu texto é também um texto-reencontro com ela e o seu autor. Reencontro porque, de facto, me encontrei com Paulo Freire, no seu exílio de Genebra, num dia da Primavera de 1978. «Posso ter consigo quantos 'papos' você quiser», disse-me, na despedida. Mas não tivemos mais nenhum, porque não se concretizou o projecto que me levava, então, à Suíça.

Começo por uma sumária biografia. Proponho, depois, uma síntese do seu pensamento pedagógico. Transcrevo, para concluir, a "Canção para os fonemas da alegria" (Thiago de Melo). A antologia é constituída por textos extraídos da *Pedagogia da Esperança* e do seu último livro *Pedagogia da Autonomia* (1997). Alguns textos antológicos apresentam-se algo fragmentados, porque se optou por tentar reunir os temas mais estruturantes do pensamento de Paulo Freire, que ele próprio nunca sistematizou.

### UMA VIDA LENDÁRIA

Paulo Reglus Neves Freire nasceu a 19 de Setembro de 1921, no Recife, capital do Estado de Pernambuco (Brasil), numa família da classe média que, empobrecida pela depressão económica mundial causada pelo 'crash' da Bolsa de Nova York, em 1929, se mudou para Jaboatão, a 18km do Recife. Em 1934, perdeu o pai, mas a mãe conseguiu que ele fosse admitido, em 1937, no Colégio Oswaldo Cruz (Recife), um Colégio que «não teve medo de romper as tradições elitistas e autoritárias da sociedade brasileira» (Freire, 1992: 208). Nessa época, os estabelecimentos de ensino secundário ofereciam os cursos pré-jurídico, pré-médico e pré-engenharia. A via escolar e académica para os estudos em ciências humanas era o 2º ciclo secundário pré-jurídico e, depois, a Faculdade de Direito. Foi essa a via escolhida por Paulo Freire, para se tornar professor, não sem antes ter experimentado a advocacia. Em 1944, casou com Elza Maria Oliveira, professora primária, que teve uma grande influência no pensamento pedagógico do marido. Tiveram cinco filhos.

Em 1947, quando era professor de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz, foi convidado para se incorporar na Divisão de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), Departamento Regional de Pernambuco, instituído pela Confederação Nacional da Indústria, oficializado por Decreto-lei de 25 de Junho de 1946, de que chegou a ser director, em 1954. Em 1958, num relatório que elaborou para o Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, de 6 a 16 de Julho - "A educação de adultos e as populações marginais: favelas, mocambos, cortiços, núcleos de estrangeiros, etc." - apresentou já uma visão nova da educação dos adultos. No ano seguinte, apresentou na Universidade do Recife, onde leccionava, um trabalho intitulado *Educação e atualidade brasileira - Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco*. Embora não tenha conseguido o lugar, Paulo Freire pôde continuar na Universidade como responsável pelo seu Serviço de Extensão Cultural, graças à sua amizade com João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, que viria a ser Vice-Reitor e Reitor da Universidade.

Em 1960, foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) lançado pelo Município do Recife, em que participavam católicos, protestantes e comunistas, coordenando o "Projecto de Educação de Adultos". Não concordando com o directivismo, potencialmente manipulador, utilizado pelo MCP, concebeu o método de alfabetização que o celebrou. Em Junho de 1963, foi nomeado coordenador de um Programa Nacional de Alfabetização, que visava alfabetizar cinco milhões de brasileiros em dois anos. O

golpe militar de 1 de Abril de 1964 levou-o à prisão, durante dois meses e meio, por ser “revolucionário” e o seu método “subversivo”. Em Setembro, consegue fugir para a embaixada da Bolívia, que o acolhe como refugiado político. Obtido um salvo-conduto dos militares, chega a La Paz, em Outubro, começando um exílio de quinze anos.

Na Bolívia, foi consultor do Ministério da Educação do Governo reformista de Paz Estensoro, mas outro golpe militar, vinte dias depois (em Novembro), obriga-o a procurar novo refúgio, no Chile, aonde chega poucos dias depois da posse do Governo democrata-cristão de Eduardo Frey. No Chile, trabalhou no Instituto de Formação e de Investigação para a Reforma Agrária (ICIRA) e no Gabinete Especial de Educação dos Adultos, organismos oficiais. Foi também professor da Universidade Católica de Santiago e consultor especial do Gabinete Regional da Unesco, na mesma cidade. Aí publica, em 1965, *Educação como prática da liberdade*. Nesse mesmo ano, é convidado a ir aos EUA, para seminários organizados por várias universidades. Em Abril de 1969, a Universidade de Harvard convida-o como professor visitante, para reger cursos durante dois anos. Aceita, instala-se em Cambridge e lecciona no Centro de Estudo do Desenvolvimento e da Mudança Social. Mas só por seis meses, pois recebera, oito dias depois do convite de Harvard, um convite de Genebra, do Conselho Ecuménico das Igrejas, para ser consultor, a tempo inteiro, do seu recém-criado Departamento de Educação. A acção que esta Organização desenvolvia junto dos movimentos de libertação em África, designadamente nas colónias portuguesas, tornava o convite muito mais aliciante para um homem como Paulo Freire. Em 1970, é publicada a *Pedagogia do Oprimido*, em Nova York (Herder & Herder), e Paulo Freire parte para Genebra. Aí funda, com um grupo de exilados brasileiros, o Instituto de Acção Cultural (IDAC), de que foi eleito director e que se tornou um difusor mundial do seu pensamento. Durante o exílio de Genebra, Paulo Freire recebe convites para encontros «nos quatro cantos do mundo, com gente progressista, sonhando o sonho possível de mudar o mundo» (Freire, 1992: 149). Por exemplo, em 1975, Mário Cabral, Ministro da Educação da Guiné-Bissau, convidou Paulo Freire e o IDAC para colaborar num programa nacional da alfabetização. Esta colaboração deu origem, em 1977, à publicação das *Cartas à Guiné-Bissau - Registos de uma experiência em processo*. Também o Governo de São Tomé e Príncipe lhe confiou um programa de alfabetização. Foi convidado, ainda, dos Governos de Moçambique e de Angola. Na Europa, era frequentemente solicitado por associações de imigrantes.

Os regimes ditatoriais, pelo contrário, à semelhança daquele que reinava na sua pátria, não permitiam a sua entrada. Nomeadamente, «eu e a *Pedagogia do Oprimido* éramos proibidos de entrar na Espanha como em Portugal. A Espanha de Franco como o Portugal de Salazar nos interditavam a ambos. A *Pedagogia* e a mim» (Freire, 1992: 123). De facto, em Portugal, pelo Ofício nº56-DGI/S, datado de 21 de Fevereiro de 1973, a Direcção dos Serviços de Informação, órgão da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, ordenava ao Director Geral de Segurança que providenciasse, «a bem da nação portuguesa», a apreensão da edição portuguesa da *Pedagogia do Oprimido*, por «tratar-se de uma obra de teoria política e experiência de mentalização do povo para uma revolução social», de influência marxista. Não obstante, uma equipa do movimento católico Graal, liderada por Maria de Lourdes Pintasilgo e Tereza Santa Clara Gomes, realizou, em fins dos anos 60, na região de Coimbra, uma experiência de educação popular, inspirada na concepção de alfabetização de Paulo Freire. Quando veio a Portugal, pouco depois da Revolução de Abril de 1974, a convite do Governo e de universitários, Paulo Freire visitou essa comunidade rural. Teve também um encontro de três horas com oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA), organizado por um major que tinha lido e relido a *Pedagogia do Oprimido*.

Em 1979, voltou ao Brasil, para uma visita de um mês, regressando definitivamente do exílio, em Março de 1980, e passando a residir em São Paulo, centro cultural da nação. Logo nesse ano, Paulo Freire participou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que apresentou Luiz Inácio Lula da Silva como seu candidato às eleições para Governador do Estado de São Paulo, em 1982. Foi eleito Presidente da Fundação Wilson Pinheiro, ligada ao PT, convidado para conselheiro de educação de várias cidades brasileiras, e tornou-se professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade de Campinas de São Paulo (UNICAMP-SP). A 16 de Setembro de 1986, Ano Mundial da Paz, Paulo Freire recebeu do Director Geral da Unesco o Prémio Unesco da educação para a paz. Em 1994

a Unesco atribuiu-lhe a medalha COMENIUS. Nesse mesmo ano, morre Elza, sua mulher. Volta a casar, com Ana Maria Araújo, viúva também, que fora sua aluna particular no Colégio Oswaldo Cruz. Em 1988, o PT ganha as eleições municipais em São Paulo, e a nova Presidente, Luiza Erundina de Sousa, convida Paulo Freire para Secretário Municipal de Educação, função que desempenhou de 1 de Janeiro de 1989 a 27 de Maio de 1991. Demitiu-se, para voltar às suas actividades docentes, de conferencista e à escrita. Os principais escritos de Paulo Freire foram traduzidos em variadas línguas, e mais de vinte universidades de todo o mundo o homenagearam com o título de doutor *honoris causa*, apesar das pressões internacionais do Governo brasileiro. Morreu em vésperas de partir para Portugal, onde receberia mais um desses títulos, na Universidade de Lisboa.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire tem uma concreta matriz histórica e social, como todo o pensamento. Os seus *temas geradores* foram a *dominação* e a *libertação* como temas fundamentais da época, e elaborou-se como expressão da emergência política do povo brasileiro nos anos 50 e 60, época de «rachadura da sociedade», quando o Brasil vivia uma transformação profunda, a transição de uma «sociedade fechada» para uma «sociedade aberta», como escreveu, citando Karl Popper (Freire, 1965: 55,47,107). Foi marcado por duas grandes experiências-aprendizagens: a experiência do SESI, no Recife, e a experiência do Chile. «Este aprendizado, de história longa, é ensaiado na minha tese universitária anteriormente citada, continua esboçado em *Educação como Prática da Liberdade* e se explicita definitivamente na *Pedagogia do Oprimido*», como Paulo Freire escreveu em *Pedagogia da Esperança*, que tem, como se referiu, o subtítulo: *Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1992: 24).

A *Pedagogia do Oprimido* era «para homens radicais», porque a «transformação da situação concreta que gera a opressão» é uma «radical exigência» daqueles que são *proibidos de ser* (Freire, 1970: 32,51). Era, por isso, uma Pedagogia revolucionária.

## UMA PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA

A causa do exílio e da celebridade de Paulo Freire foi, como sabemos, o seu método de alfabetização, fundado neste facto: ninguém é absolutamente ignorante, «ser analfabeto é pertencer a uma cultura letrada e não dominar as técnicas de escrever e ler» (Freire, 1965, p. 128). Mas não sendo o analfabeto um *marginal*, nem o analfabetismo uma *enfermidade*, mas antes manifestação de *uma realidade social injusta*, o analfabetismo não deve ser tratado como mero problema linguístico e exclusivamente metodológico, mas pensado politicamente. Se, quando começa a aprendizagem do alfabeto, já houve uma aprendizagem cultural, a alfabetização é uma segunda leitura do mundo que deve começar pela problematização da primeira. Por consequência, a alfabetização deve ter por finalidade elevar as consciências da sua *imersão* no mundo das sensações e emoções quotidianas, e da *visão focalista da realidade*, ao nível de *compreensão da totalidade* onde se pode observar *como se vive*. As fases e os meios desse processo estão descritos no Capítulo 4 e Apêndice de *Educação como Prática da Liberdade* e no Capítulo III da *Pedagogia do Oprimido*. É um método de *alfabetização-conscientização* cuja especificidade foi caracterizada pelo seu autor, em 1974, nestes termos lapidares: «Alfabetizar não quer dizer aprender a ler e a escrever um código linguístico, mas sim aprender a ler (compreender) e escrever (transformar) sua própria realidade» (Freire, 1974: 35). Assim, aprender a ler e a escrever é tomar o poder da palavra. Este *método Paulo Freire* é «muito mais uma compreensão dialéctica da educação do que um método de alfabetização» (Freire, 1993: 86). Como todo o método, é expressão de toda uma Pedagogia como teoria da educação. Uma teoria da educação é uma visão antropológica, ética política, metodológica, deontológica e mesmo estética da educação, relativa ao ser e ao dever-ser, reconhecer e conhecer do ser humano. Assim foi o pensamento pedagógico de Paulo Freire, de que se segue uma síntese.

Paulo Freire principia o seu texto «Acção cultural para a libertação», escrito em fins de 1969 e publicado no ano seguinte pela *Harvard Educational Review*, com estas palavras: «A experiência ensina-nos que nem todo o óbvio é tão óbvio quanto parece. Assim, é com uma obviedade que começamos este trabalho: toda a prática educativa envolve uma postura teórica da parte do educador. Esta postura, em si mesma,

implica—às vezes mais, às vezes menos explicitamente—uma concepção dos seres humanos e do mundo» (Freire, 1975: 59). Por isso, a *Pedagogia do Oprimido* é um ensaio sobre esta «coisa óbvia: assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da acção opressora, os *Oprimidos*, para libertar-se, igualmente precisam de uma teoria de sua acção» (Freire, 1970: 260). Com efeito, a educação é uma *praxis*\*, ou seja, tensão entre acção e reflexão, prática e teoria, em relação de convalidação e reavaliação permanentes.

A concepção da educação de Paulo Freire funda-se na *crença no homem* como ser histórico, isto é, *inacabado* e em *projecto*, que tem uma *ontológica necessidade* e *vocação para ser mais*. O ser humano é educável e aprende, porque é *comunicação*, tem uma específica aptidão e necessidade de comunicar. A centralidade antropológica, psicológica, ética e política da linguagem radica na essencial *intersubjectividade* humana. A humanização é um fenómeno cultural. O ser humano é produtor e produto de *cultura*, no seu amplo *conceito antropológico*, que distingue o mundo humano do resto do mundo animal. É por isso que não há ser humano inculto. Por consequência, a *historicidade* de cada ser humano tem uma moldura política. Daí que não se possa falar de *neutralidade* na educação, que é directiva, por natureza. A educação é sempre um *acto político*, comandado pela ideologia politicamente dominante.

A politicidade da educação implica a sua *eticidade*. Se os seres humanos se educam entre si, a educação reveste-se de uma gravidade ética única e essencial: trata-se da questão da legitimidade do *poder* de educar, isto é, dos fins, conteúdos e métodos da educação. A categoria central da ética da educação de Paulo Freire é o *sujeito*. Ser sujeito é *vocação ontológica* de todo o ser humano. Não há legítimo *amor* do ser humano sem amor da sua essencial *liberdade*, e a *valentia de amar* é a coragem de agir pela sua libertação. A *libertação*—finalidade da verdadeira *revolução*—consiste justamente na passagem dos seres humanos da condição de objectos ao estatuto de sujeitos. Todavia, a liberdade humana é paradoxal: precisa de *limites* que legitimam a autoridade como valor que deslegitima tanto o *autoritarismo* (tirania da autoridade) como a *licenciosidade* (hipertrofia da liberdade).

Da ética do *sujeito*, do *amor* e da *liberdade* decorre o imperativo do *diálogo* como princípio de método. A sua validade metodológica funda-se também na impossibilidade epistemológica da *pura transmissão* de conhecimentos, pois quem aprende não é absolutamente ignorante e gnoseologicamente passivo. E o erro, na aprendizagem, é legítimo e tem valor pedagógico. Por isso, valorizar os conhecimentos, vivências e experiências de quem aprende, designadamente dos adultos, não é apenas uma questão ideológica, é também um problema de competência. O diálogo não exclui, nas situações de aprendizagem, o aparente monólogo expositivo, antes o legitima como suporte e condição da sua possibilidade. No seu conceito mais elevado, o diálogo é mais do que forma técnica ou recurso tático. É diálogo ético, que se distingue pelo *inter-reconhecimento* dos *sujeitos dialógicos* onde se afirma a *reciprocidade* da dignidade humana. O diálogo ético tem um valor psicológico, epistemológico, metodológico e político que lhe é conferido pela *dialogicidade* do ser humano como ser de comunicação e relação. Quando se *coisifica* antidialógicamente o sujeito, não há grande diferença entre *reaccionário* e *revolucionário*, apesar das diferenças de intenções. Os métodos devem ter a qualidade dos fins. O diálogo ético é a garantia tanto do carácter revolucionário da educação como do carácter pedagógico da revolução.

A ética do método é também um aspecto da deontologia pedagógica prescrita pela ética da educação. A educação é uma dialéctica de liberdade e autoridade que pode degenerar em *autoritarismo* ou *licenciosidade*. A politicidade e a directividade consubstanciais à natureza do fenómeno educacional não impõem à função de educar um dever de impossível neutralidade, como se disse, antes obrigam a (re)pensá-la na sua essencial eticidade. O princípio de diferenciação entre educação libertadora e educação dominadora é a concepção da relação educador-educandos. A primeira distingue-se da segunda pela transformação da sua real assimetria em simetria ética, através do diálogo, em que educador e educandos *morrem* para *renascer*. «Sem esta “morte” mútua e sem este mútuo “renascimento”, a educação para a libertação é impossível» (Freire, 1975: 129). Enfim, Paulo Freire tinha uma singular consciência da virtualidade ética da dimensão estética da educação. Por isso, pensava que um professor não pode conceber-se apenas como *cientista* ou *técnico* do ensino, porque é essencialmente um *político* e um *artista* da educação. Não via incompatibilidade entre rigor do conteúdo e elegância da forma. Considerava mesmo que a mudança do mundo passa também pela *recriação* da linguagem que o exprime. E pela virtude da *contenção verbal* dos

que sonham *um mundo melhor*. Por isso, «a educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética» (Freire, 1993: 117). Esta consciência da importância dos pormenores, na educação, não o fazia perder de vista a *totalidade* da educação, oposta à *visão focalista* dos problemas, enferma de miopia e cega à *utopia*. Paulo Freire concebia a utopia como dialéctica da *denúncia* do presente desumanizante e *anúncio* de um futuro em que será possível *ser mais*. Mas não se pode esperar pela dádiva desse futuro. A esperança é uma *necessidade ontológica* cuja satisfação se realiza na *luta* como motor histórico e social da humanização. O futuro possível que desejamos terá, pois, de ser conquistado e criado através de uma mudança não meramente *adverbial* mas *substancial*, ou seja, por uma *revolução* cuja superioridade ética legitima, se necessário, a detenção de «vidas que proibem a vida» (Freire, 1970: 241). A Pedagogia de Paulo Freire é, por conseguinte, uma concepção da *educação como prática da liberdade* oposta à concepção da *educação como instrumento de opressão*, oposição que expôs, nomeadamente, no Capítulo II da *Pedagogia do Oprimido*. A segunda é uma concepção *bancária, nutricionista, digestiva, antidialógica, domesticadora*. A primeira é uma concepção *problematizadora, crítica, dialógica, libertadora*.

Mas não será esta uma Pedagogia do Terceiro Mundo, simpática mas sem pertinência nem préstimo para as sociedades democráticas e desenvolvidas? Em todo o caso, como pôr em prática uma *educação libertadora* num contexto de *cultura da dominação*? Onde o *educador dialógico, humanista, revolucionário*, encontra resistências mesmo de alunos, cujos reflexos condicionados pelas regras que comandam a instituição reagem defensivamente, com ansiedade ou mesmo agressividade, e até com algum masoquismo, à liberdade e responsabilidade que lhes são propostas, mas cujas exigências são perturbadoras do *habitus* escolar que lhes dá segurança? Como conseguir a adesão de professores cujas preocupações profissionais estão concentradas em *dar o programa e manter a disciplina*, receptivos, portanto, mais ao que *funciona* do que ao que *ilumina*? Cujas noções de profissionalismo e de rigor se confundem frequentemente com autoritarismo e exigência arbitrária, prepotente, estéril e perversa? Ou que simplesmente têm necessidade da segurança e das gratificações da conformidade ao *ethos* institucional? Como praticar uma *Pedagogia utópica* numa escola que funciona segundo a lógica da ideologia e dos interesses politicamente dominantes, valorizando as aprendizagens instrumentais em prejuízo de outras fundamentais? Cujas produtividades são calculadas pela quantidade de informação transferida a um certo número de alunos, num dado período de tempo, avaliada pelos critérios de sucesso que sabemos? Enfim, uma instituição mais *necrofilica* que *biofilica*, que não diz tudo o que faz, nem pratica tudo o que diz?

Poderíamos continuar este breve (re)encontro com Paulo Freire, mas temos de concluir.

## CONCLUINDO

Paulo Freire era o maior pedagogo contemporâneo. Era da linhagem superior dos grandes pensadores da educação que, como Platão e Rousseau,

- Consideraram que, não havendo acção sem reflexão que a projecta e aperfeiçoa, para mudar a prática da educação, é indispensável mudar a sua teoria, cujas questões constituintes podem ser resumidas nestes termos: Por que é que o homem é educável? Qual deve ser a finalidade da educação? Como educar nesse sentido?
- Reconhecendo a essência moral do ser humano, afirmaram o primado da dimensão moral da educação, isto é, da moralidade da educação e da educação moral.
- Teorizaram o fenómeno educacional com a sensibilidade, o sentido da realidade e a visão da totalidade de quem sabe que, na educação do ser humano, nada é indiferente, insignificante; e que ela se realiza num quadro cultural e político, em interacção com os demais factores da economia geral da sobrevivência e reprodução de uma sociedade.

- Pensaram o processo educacional como sequência e consequência de aprendizagens cujo valor e sucesso dependem principalmente da sua significação subjectiva para o educando e da cultura e consciência pedagógicas do educador.
- Enfim, criaram uma Pedagogia como concepção geral, coerente e elevada da perfectibilidade e aperfeiçoamento do ser humano, com aquela dialéctica e radicalidade que compreendem a legitimidade e o dever da *utopia do homem novo numa sociedade nova*.

Na verdade, com Paulo Freire, figura socrática, renasce a antiga plenitude da Pedagogia como teoria da educação na sua globalidade de acto de *reconhecimento* e de *conhecimento*, de *amor* e de *esperança*, *político* e *estético*. A Pedagogia de Paulo Freire é uma Pedagogia do *sujeito*, da *liberdade* e do *diálogo*. Reconhecendo o educando como sujeito-fundamento da educação, enuncia o princípio de problematização da *qualidade democrática* e da legitimidade pedagógica da modernidade. Considerando que a dignidade humana do sujeito consiste na sua liberdade, concebida, não como irreal independência mas como possível autonomia, define o poder e o dever da educação. Inscrevendo, assim, a educação no moderno *paradigma do sujeito*, repensado, não como identidade individualista mas como intersubjectividade humanista e, portanto, como ser de comunicação, Paulo Freire professa o *princípio dialógico* cuja fonte, na cultura ocidental, se encontra em Platão e que, no século XX, se tornou um tema filosófico que Buber e Lévinas, nomeadamente, elevaram a grande altura.

Em suma, a Pedagogia de Paulo Freire é uma verdadeira Pedagogia do direito à educação, na sua eticidade e universalidade de *direito do homem* - proclamado pela Declaração universal dos direitos do homem (1948), pela primeira vez, à escala universal - cujos princípios podem ser assim resumidos: primado do sujeito, unidade do objecto e prioridade da dimensão ética, democrática e internacional do direito à educação. Homem de *paixão* (como ele próprio dizia) pelo *inédito viável*, pelo *sonho possível* (expressão de Amílcar Cabral, que gostava de utilizar), Paulo Freire viveu *perigosamente*, como «um militante contra as opressões do mundo» (Entrevista, *Público*, 4/5/1997, p.36). Era *revolucionário* porque «não há humanização sem libertação, assim como não há libertação sem a transformação revolucionária da sociedade de classes, em que a humanização é inviável» (Freire, 1975: 171). Não acreditava que o *sonho socialista*, do *socialismo democrático*, se tivesse pulverizado «nos escombros do muro de Berlim». O que se estilhaçou foi a «moldura autoritária» do *socialismo real* (Freire, 1992: 93, 96). Personagem mítico e controvertido, Paulo Freire foi alvo de críticas contrárias. Ele próprio fazia autocrítica, numa atitude de sempre humilde *abertura* e de permanente procura de mais *coerência*. Mas se não o surpreendia a hostilidade dos ditadores do mundo, entristeciam-no designadamente as críticas de académicos cheios de auto-suficiência e de «intolerância» (Freire, 1993: 115). Não obstante, era enorme o seu prestígio e influência, por todo o mundo, junto de trabalhadores, de estudantes, de professores, de políticos e de instâncias internacionais. Dois dias depois da sua morte, Federico Mayor, Director Geral da Unesco, num breve texto publicado em *O Correio da Unesco* de Junho, prestou uma belíssima homenagem ao «professor dos professores» que, porque sabia «que a educação é a chave da liberdade», foi «pedagogo da libertação» e «uma figura lendária». Nele reproduz um poema escrito numa aldeia do sul do Sudão, em Abril de 1995, «dedicado ao meu amigo Paulo». E conclui: «Os gigantes do espírito morrem sem desaparecer jamais. Tornam-se invisíveis, é tudo. Deram a suprema lição: o exemplo».

**Agostinho dos Reis Monteiro**

## Notas

\* Encontro que foi tema do artigo “Ser professor - 5. Um ‘papo’ com Paulo Freire”, publicado no *Diário de Lisboa* de 9/5/1978. Nele falámos principalmente da *moldura* do pensamento de Paulo Freire: a *politicidade* da educação. Fora essa também a ideia central de uma entrevista que, um ano antes, de passagem por Lisboa, ele concedera ao número inaugural do *Jornal da Educação* (Ano 1, nº1, Abril, 1977, 6-7), em que disse, nomeadamente: «Até que eu não digo bem quando digo “o aspecto político da educação”. A educação é um acto político. E porque ela é um acto político, não há que falar de aspecto político, porque ela é toda política». Ora, em 1975, eu publicara um trabalho, escrito na urgência do amor da liberdade e da defesa da democracia, intitulado justamente *Educação, acto político*.

\* As palavras em itálico exprimem conceitos recorrentes nos textos de Paulo Freire.